SCENAS DA ESCRAVIDÃO: coluna denúncia do Jornal do Recife

Jefferson Gonçalo do Carmo*

RESUMO: O presente artigo visa avaliar os discursos publicados pelo *Jornal do Recife* com teor crítico, nos anos que antecederam a assinatura da Lei Áurea. O intuito é observar por meio das notícias selecionadas da coluna denúncia *Scenas da escravidão* os crimes que eram praticados tanto por proprietários quanto pelos escravizados em Pernambuco. Tendo em mente que tais notas tiveram papel no contexto da caminhada abolicionista na província, influenciando a classe letrada em relação a situação vivida pelos escravizados ao mesmo tempo que sobre o perigo da manutenção do sistema escravista.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Imprensa; Império; Movimento abolicionista.

Scenas da escravidão: Jornal do Recife'sdenouncecolumn

ABSTRACT: This article aims to evaluate the published speeches by *Jornal do Recife* with critical content, in the years before the signing of Áurea Law. The intention is to observe, through the selected News of the Scenas da Escravidão denouncing column, the crimes that were practiced by both owners and their slaves in Pernambuco. Bearing in mind that such notes played a role in the abolitionist path context in the province, influencing the literate class related to the situation experienced by the enslaved people at the same time that under danger of maintaining the slaving system.

KEYWORDS: Slavery; Printing; Empire; Abolitionist movement.

Scenas de laesclavitud: Columna de denunciadel Jornal do Recife

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo evaluar con nivel crítico los discursos publicados por *Jornal do Recife*, em los años previos a la firma de la Ley Áurea. La intención es observar a través de las noticias seleccionadas em la columna de denuncia Scenas de la esclavitud los crímenes practicados tanto por los propietarios como por los esclavizados em Pernambuco. Teniendo em cuenta que tales notas tuvieron un importante papel em el contexto de la lucha abolicionista em la provincia, influyendo la clase letrada em relación a la situación vivenciada por escravizados al mismo tiempo que el peligro de la manutención del sistema esclavista.

PALABRAS CLAVES: Esclavitud; Prensa; Imperio; Movimiento abolicionista.

**Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é doutorando em História na mesma Universidade. Contato: Avenida Acadêmico Hélio Ramos S/N, Cidade Universitária, CEP: 50670-901, Recife-PE, Brasil. E-mail: Jeffersn.historia2010@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3638-3923>.

A coluna denuncia

Era com o título de *Scenas da Escravidão* que o *Jornal do Recife*, na seção Gazetilha¹, apresentava diversas informações sobre a situação da escravidão tanto na província de Pernambuco como em outras localidades do Império Brasileiro. A partir dessa nova abordagem, alguns jornais modificaram o propósito das notícias sobre a escravidão. Antes, os periódicos eram utilizados como ferramenta para a divulgação de cativos foragidos, no entanto, com essa nova roupagem, influenciada por colunas que utilizavam o mesmo nome e existiam em outras províncias, ficando como o responsável por cobrar essa postura dos jornais locais o *Clube Abolicionista*, estes passaram, agora, a denunciar os senhores violentos. Ao escolher as *Scenas da Escravidão* e as outras notícias vinculadas ao mesmo tema, retiradas do *Jornal do Recife*, concordamos com Luca (2008) quando defende que a escolha do historiador é baseada em mostrar que tal reportagem foi produzida com a intenção de ser revelada para um público seletivo, e que determinado assunto em um contexto específico contribuiria para dar publicidade ao evento em questão².

O motivo para divulgar os crimes contra os escravizados e também os praticados por eles, no jornal selecionado, estava intimamente ligado à situação política do momento tanto na província quanto no Império. Por isso, a análise das *Scenas*, no interior da agência escrava, nos interessa para compreensão sobre a situação vivida dos(as) escravizados(as) em Pernambuco, no centro do debate sobre a abolição do regime servil.

Todavia é importante destacar que nem sempre quando se registravam os fatos contra os escravizados o editor usava a mesma nomenclatura. Algumas notícias poderiam ser lidas como *Pobre Escrava*, *Um crime bárbaro*, *Crime Horroroso etc.* Esse tipo de “contorcionismo linguístico” ocorria porque, como esclarece Foucault, os enunciados contêm uma intenção em relação ao sujeito falante, carregando outros discursos. Além disso, “a análise do pensamento é sempre *alegórica* em relação ao discurso que utiliza. Sua questão infalivelmente é: o que se dizia no que estava dito?³”. Em suma, será a partir desses enunciados que realizaremos uma análise sobre a escravidão no contexto do movimento abolicionista em Pernambuco, o qual se utilizou dessa e de tantas outras ferramentas para construir a base de seu discurso, tanto dentro do Parlamento quanto nas ruas, buscando atingir um público maior.

A intenção da sessão do periódico era de alertar a comunidade letrada pernambucana a respeito da condição dos(as) escravizados(as) e sobre o “modo bárbaro” que os proprietários tratavam os cativos. A ideia de realizar essas denúncias era mais uma das estratégias abolicionistas que vinham sendo empregadas em diversas províncias do Império. Altamente

simbólica, a ação foi uma forma de boicotar o sistema escravagista, tendo sido influenciada pelo movimento abolicionista inglês⁴.

Mas nem sempre essas notícias que avaliaremos aqui e que foram veiculadas no *Jornal do Recife*, colocavam o(a) cativo(a) em uma situação passiva. No período analisado, vemos algumas informações sobre os(as) escravizados(as) que não se enquadravam nas “cenas” bárbaras. Entre as notas no jornal, observamos também as ações deles que, de alguma forma, contestavam ou encontravam brechas no sistema escravista e as utilizavam a seu favor. Essas ações também influenciaram os(as) abolicionistas, contribuindo para que estes(as) construíssem análises em relação à insustentabilidade do cativo. Essas serão algumas notícias relacionadas às barbaridades do sistema escravista, que vamos nos ater nesse momento, as quais demonstrarão a importância de homens e mulheres no contexto do século XIX, que influenciaram a opinião pública e contribuíram para a abolição total da escravidão.

Nossa intenção é demonstrar que essas “cenas”, ao mesmo tempo que denunciavam os crimes contra os(as) escravizados(as) também mostravam ações praticadas pelos(as) cativos(as) que contestaram o sistema, seja fugas ou assassinatos. Com isso, podemos considerar, por intermédio das notícias dos jornais, um breve momento do cotidiano pernambucano das pessoas que fizeram parte dessa estrutura.

É importante lembrar que os atos bárbaros praticados pelos senhores também influenciavam os discursos abolicionistas, que eram utilizados para a comoção da opinião pública e para demonstrar o caráter desumanizador dos proprietários.

Mas as ações praticadas pelos(as) escravizados(as) também embasavam a argumentação contra a escravidão. Entretanto o modo como os(as) cativos(as) eram retratados(as) por ter cometido atos criminosos, na maioria das vezes, os(as) colocavam como inimigos(as) do senhor e não o contrário⁵. E se os discursos os enxergavam como opositores, por vezes, também poderiam ser classificados como animais, até entre alguns(as) abolicionistas que cravaram seu nome no *hall* das celebridades históricas⁶.

Exposição dos proprietários

As relações no interior do sistema escravista foram de conflito. Nesse sentido, a historiografia já demonstrou fartamente e dentro desses embates havia a possibilidade de se (re)criar códigos entre as duas partes que constituíam o modelo de trabalho escravo⁷. E foi por meio dessa relação conflituosa que os(as) escravizados(as), a partir de seus entendimentos sobre direitos e deveres, também conseguiram impor certos limites. Por isso, é importante

lembrar que, mesmo em uma relação de submissão por parte dos escravizados, na prática, os últimos souberam como utilizar as brechas do sistema para interesse próprio. Tendo isso em mente, destacamos também a situação dos(as) cativos(as) nos códigos penais imperiais, nos quais só seriam reconhecidos(as) como testemunhas ou como criminosos(as). Não havia referência sobre a proteção das pessoas em situação de escravização, prevista pela lei imperial⁸. No interior das fazendas e do lar senhorial, a lei era privada e a intervenção do Estado era vista como um abuso, por não respeitar o direito à propriedade e por esse motivo ela foi rejeitada.

Segundo o pensamento escravista, as punições dos senhores seriam uma forma pedagógica de manter a lei no interior das fazendas, o que muitas vezes extrapolava a prática disciplinar, contribuindo para o aumento das tensões internas, como aponta Helena Machado (2018) ao analisar os crimes e a escravidão em São Paulo:

Algumas vezes, os senhores julgavam necessária a aplicação da justiça particular, nos limites da fazenda, como espetáculo exemplar, visível a todos os escravos, que, por ele, anteviam sua provável sorte se intentassem cometer os mesmos crimes. Essas demonstrações, percebidas como pontos sensíveis da exteriorização do poderio pessoal do senhor complementavam as punições legais⁹.

Já aos escravizados, como forma de resistir à violência imposta, havia a escolha de fugir ou então assassinar o seu almoz, que poderia tanto ser o senhor como o feitor das fazendas. Essa segunda alternativa gerou debates acalorados, já que segundo alguns parlamentares, os(as) cativos(as) estavam cometendo os crimes sabendo que não seriam punidos(as) com penas de morte e ao serem enviados(as) às galés experimentariam uma espécie de “cativeiro mais brando”⁴. Já para os senhores, não havia nenhuma penalidade por parte do Estado em relação aos crimes praticados contra os(as) escravizados(as)¹⁰. Se por um lado não havia nenhuma medida punitiva para o proprietário, por outro na década de 1880, surgiu um processo simbólico de exposição de seus atos nos jornais. Além dessa, uma outra forma de exposição eram as denúncias que poderiam ser feitas por algum inimigo, por exemplo, e com isso criar a imagem, perante a sociedade, de “maus senhores”. Esse foi, talvez, o caso do senhor Dacio Ferreira, que teve seu nome revelado no *Jornal do Recife* de 1880. Ele detinha um escravizado em seu poder há trinta e seis anos, no entanto, a condição do preto africano Pedro era ilegal. Sob o título *Victima da escravidão* tivemos acesso à história de Pedro, assim descrita pela notícia:

O preto africano Pedro, que há trinta e seis anos suporta a uma escravidão ilegal, pois veio para o Brasil em 1844, treze anos depois da lei que proibiu o tráfico da

escravatura, abandonou a casa do Sr. Dacio Ferreira da Costa, morador em Barreiros, vai para treze anos, e vivia nesta cidade, quando anteontem prenderam como fugido¹¹.

Já no início da reportagem vemos a denúncia a respeito de Pedro ser um cativo que entrou de forma ilegal no território, após a Lei Feijó, de 1831, que, como sabemos, não foi devidamente fiscalizada pelo Império, resultando na entrada ilegítima de vários(as) africanos(as), mas também contribuindo para as pressões externa e interna em relação à escravidão no Brasil. Dando continuidade à notícia, o mesmo jornal aponta que por um ato de desespero e tentando evitar o retorno ao cativo, o africano decidiu tirar a própria vida. No entanto, por conta do instrumento escolhido, uma faca velha, Pedro não concretizou o ato:

Desconhecendo os seus direitos, e não tendo quem os fizesse valer, ia ser de novo conduzido ao cativo, e para fugir aos suplícios que nele o aguardavam, buscou ontem por termo a sua existência degolando-se.
O instrumento, porém, de que se serviu foi um pedaço de faca velha e enferrujado, que não cortava, e só por um esforço supremo do desespero pode o infeliz fazer com tal instrumento uma ferida na face anterior do pescoço em sentido transversal, profunda até a laringe¹².

Ao estudar os suicídios dos escravos em Recife, utilizando também as notícias dos jornais, Canario (2012) aponta como as formas de abordagem em relação a prática suicida entre os escravizados sofreram mudanças entre os anos de 1850 e 1880. Segundo o autor, a causa que levaria o cativo a atentar contra a própria vida poderia ser entendida por vários motivos, exceto a condição do cativo. Somente com a chegada dos anos 1870 que a representação da “morte voluntária”, como ele a denomina, passa a ter outra conotação¹³.

O desfecho do caso do africano Pedro serviu como palco para duras críticas do *Jornal do Recife* em relação a situação do cativo, que após ser examinado e periciado pelo Dr. Souza, foi constatado um estado muito grave devido às circunstâncias vividas. Ainda que estivesse vivendo ilegalmente na condição de escravizado, o africano foi preso pela polícia devido à tentativa de fuga da condição que vivia na propriedade. Enquanto para o Sr. Dacio, seu senhor e o algoz, nada aconteceu. Por fim, conclui o jornal:

se em nosso país a lei não fosse letra morta, que só é aplicável contra o desprotegido e nunca em favor dele, não era o africano quem devia ser preso pela polícia, mas sim aqueles que ilegalmente o escravizaram, durante 36 anos, contra as disposições do Código Criminal e ferindo de face o mais santo direito do homem, a liberdade¹⁴.

Já o caso do pardo que foi visto se arrastando pelas ruas da Cidade do Recife, na sexta-feira, 23 de janeiro de 1880, ocorreu o oposto. Segundo a notícia do *Jornal do Recife*, do dia

26, o cativo havia sido visto pelas ruas em condições deploráveis. Condições estas que foram uma constante na sociedade escravista, mas que agora no contexto da abolição se tornam um dado lamentável e que contribuiu para a narrativa dos setores antiescravistas na luta contra o cativo. O que antes poderia ser banal se tornou aporte para a construção de uma nova narrativa e, como nos lembra Ginzburg (1989), tais dados que, antes fugiam os olhos do observador, são passíveis de recriarem sequências narrativas¹⁵. Enquanto que na história anterior, vimos que a conjuntura do cativo levou ao escravizado, em um primeiro momento, a buscar fugir da condição em que vivia ou até mesmo atentar contra a própria vida. Nesse caso, especificamente, observamos que o escravizado foi andando do engenho Chã-Grande que ficava em Goiana até Recife, a mando do seu ex-senhor o Sr. Antônio Gonçalves que o expulsou por ele não ter mais como trabalhar. Conforme a notícia:

Pelas ruas da cidade vimos arrastando-se na sexta-feira da semana última um homem de cor parda, mendigando a caridade pública. O desgraçado tinha a perna direita coberta de úlceras repugnantes. Disse-nos que era escravo do Sr. Antônio Gonçalves, senhor do engenho Chã-Grande no termo de Goiana, e que fora expellido de casa, porque não podia mais trabalhar, mandando o senhor que ele fosse procurar a sua vida¹⁶.

Em relação ao cativo, não tivemos mais informações além destas que foram disponibilizadas pelo Jornal. Sobre a violência praticada pelo Sr. Antônio, ironicamente, o editor do *Jornal do Recife* pediu que ele fosse premiado com alguma titulação pela “ação tão filantrópica” contra seu ex-escravizado e ainda continuou: “Isto não precisa comentários, e somente pedimos ao governo um título de barão para este *humanitário e filantrópico cidadão*”¹⁷.

Outro caso que levou um cativo a atentar contra a vida em virtude da situação bárbara em que vivia, ocorreu em Quipapá e foi noticiado pelo *Jornal do Recife* no dia 19 de fevereiro de 1880. A notícia em questão mostra uma diferença em relação ao primeiro caso analisado aqui, o do africano escravizado Pedro. Se o primeiro atentou contra a sua vida por não desejar voltar a sua antiga vida de cativo do senhor Dacio, aqui observamos que a situação noticiada abre precedentes para algumas perguntas. No dia 12 de fevereiro do mesmo ano, uma escravizada, que não teve seu nome divulgado, ficou sabendo, apenas no horário de sua partida, que a sua viagem seria para formalizar a sua venda em Recife. Tomada pela dor da partida, ela decidiu também atentar contra a própria vida ao tomar meio litro de querosene. No entanto, não houve mais nenhum relato sobre a notícia em relação à cativa.

A partir da leitura dessa notícia, podemos imaginar se a escravizada em questão tinha uma família constituída? Se sim, vemos mais um caso de ilegalidade nas cenas da escravidão, pois segundo a lei de 1871 ficava proibida a venda dos(as) cativos(as), já que resultaria na separação de casais ou de filhos(as) menores de 12 anos de seus respectivos pais¹⁸. É possível observar também como a questão da família era retratada na notícia, principalmente, com o intuito de causar a comoção para quem lia, pois, quem escreveu para o Jornal afirmava que: “é fácil conceber a dor que sentiu, como o sente qualquer membro de uma família ao retirar-se de seus lares¹⁹”. É importante lembrar que a nota em questão foi enviada ao periódico que a reproduziu. Quem escreveu ao jornal deveria ter uma certa proximidade com a escravizada a ponto de saber um pouco mais de sua vida. Sendo assim, é possível imaginar que essa fala de separação familiar fosse na verdade alguma pista em relação ao fato de a cativa ter uma família constituída? Além disso, poderia ter sido escrita por um(a) abolicionista ou simpatizante da causa.

Outro indício que deixa dúvidas em relação à cativa e à questão familiar é o desfecho da nota: “sem embargo seguiu e não soubemos mais do resultado de sua tentativa, filha de sua desgraçada condição²⁰”. Além dessas questões familiares, podemos observar por meio da notícia que o vínculo que a cativa criou em sua moradia anterior fez com que ela fosse contrária à sua venda e que a morte seria melhor do que viver em um local novo e totalmente desconhecido. Esse é um dos exemplos que caracterizou a agência escrava. Como sugere a nota, a tentativa de suicídio da escravizada não aconteceu apenas pela sua condição de escravizada ou por maus-tratos, mas sim por não aceitar a sua venda para outra cidade.

Sidney Chalhoub (2011) ao estudar um crime de escravizados na Corte Imperial observou que as motivações que levaram o grupo de cativos a atentarem contra seu senhor aconteceu por eles se negarem a serem vendidos para o interior do Rio de Janeiro, demonstrando que as suas ligações afetivas com o local onde estavam influenciavam na tomada da decisão. Ainda sobre o mesmo caso, os escravizados analisados por Chalhoub cogitaram ir à polícia após o crime, pois entendiam que seria mais vantajoso para eles serem presos a ter que amargarem a condição de escravizados nas fazendas de café²¹. Ainda sobre a separação de famílias de escravizados, James Sweet(2007) aponta que o afastamento das famílias, principalmente entre as mães escravizadas causava um dano psicológico para as mulheres. Além do impacto em relação à ruptura familiar, o mesmo autor também destaca como a má nutrição e/ou o excesso de trabalho influenciavam negativamente no baixo índice de fertilidade das cativas²².

Consequência da escravidão: violência negra

Entretanto, como apontado anteriormente, nem só de barbaridades contra escravizados(as) a seção Gazetilha se destinava. Havia diversas notícias nos jornais que mostravam as ações dos cativos(as) ou de possíveis escravizados(as), nas quais estes(as) poderiam contestar a sua situação e, por meio delas, é possível notar como eles(as) conduziam as suas vidas no interior do sistema escravista.

É o que se desprende, por exemplo, na edição da terça-feira, de 21 de junho de 1881. A notícia com o título “Por causa da escravidão” relata a morte de um indivíduo de nome João André que foi assassinado em Nazaré. O motivo? Tentar prender um negro, que no seu entendimento, *poderia* ser um escravo fugido. Segundo a nota:

No dia 13 do corrente e no termo da cidade de Nazaré, pretendeu um individuo chamado João André, prender um preto que lhe pareceu ser escravo e andar fugido. Em resultado travaram luta da qual João André foi assassinado pelo preto que se evadiu²³.

André deu azar, já sobre o assassino não obtivemos mais informações, mas o que se pode compreender é que João entendia que o preto em questão poderia ser um escravo fugido. Mas o que o levou a esse entendimento? A princípio temos a questão central para essa observação por parte da vítima na ocasião: a cor. No Brasil escravista, esse seria o sinal principal que declarava a condição de um indivíduo, ainda que ele fosse livre ou liberto da escravidão, por estar no âmago da concepção da sociedade, já declaravam automaticamente essa pessoa da cor negra como uma escravizada. Essa questão em relação a vulnerabilidade das pessoas de cor foi observada também pela historiografia, como aponta, por exemplo, Keila Grinberg (2018) ao estudar as investidas de comerciantes de escravizados do Brasil em terras uruguaias²⁴. Além disso, esse ponto em que a questão da cor preta esteve ligada ao contexto de ser ou não escravizado também foi abordado por Sidney Chalhoub (2011). Segundo o autor havia um temor constante entre os libertos de serem reescravizados. Chalhoub aponta também que foi devido a esse medo do retorno ao cativo que, na década de 1850, em alguns pontos do Império a *gente de cor* vai se erguer contra um decreto imperial. O pesquisador também marca essa questão em relação a cor como sendo um pressuposto da escravidão, e os dados em relação às ocorrências observadas no livro da Casa de Detenção da Corte estariam em condições semelhantes ao caso de Nazaré, ou seja, que a pele negra seria característica de escravidão. O que nos fala o autor então:

O foco de prisão por estar “fugido” ou “fugida”, por “suspeita de” fugido ou fugida. A busca resultou em 1097 registros, 447 por fugido (a), 650 por “suspeita de” fugido (a). Note-se que 70% das ocorrências aparecem em livros de registro de escravos, porém surpreende que quase 30% delas constem em livros de livres e libertos. Em outras palavras, 30% das pessoas detidas porque as autoridades policiais as consideravam suspeitas de serem escravas e de andarem fugidas, declararam-se livres ao dar entrada na Casa de Detenção²⁵.

Para concluir esse caso, fica a reflexão a partir dos dados de Chalhoub, em como o fato de estar livre era caro em uma sociedade escravista. E, além disso, como aponta o título da notícia em foco, por causa da escravidão João André perdeu a vida mesmo sem ele ser um cativo, senhor ou feitor. Já o seu assassino, pôde aproveitar um pouco mais a sua vida em liberdade, sendo ele um fugitivo ou não.

Uma vítima também foi o senhor Joaquim José Sant’ Anna por tentar prender um homem de cor, na ocasião, esse indivíduo sim um fugitivo, mas que se passava por livre e para aproveitar da condição, sabiamente, mudou de nome e agora atendendo também pelo nome de Joaquim e vivendo no Cabo há mais de um ano e gozando da vida de livre. Contudo, a liberdade de Joaquim terminou quando foram enviados até o engenho onde se encontrava o Joaquim Sant’ Anna e o seu companheiro que não teve o nome revelado. Os dois foram a mando do senhor Francisco Cabral de Mello alegando que o homem de cor o pertencia e que, na verdade, se chamava Moyses e que vivia anteriormente no engenho Tabocas na freguesia da Luz. Os dois homens então prenderam Moyses e o estavam levando de volta ao senhor Francisco Cabral quando, de alguma forma, o cativo se soltou das amarras que o prendiam e lançando-se contra Joaquim Sant’Anna acabou matando-o, já o companheiro de Sant’Anna fugiu ao se deparar com tamanho perigo que corria. Moyses, que após o crime também fugiu de volta para a Cidade do Cabo, foi preso depois e confessou o crime²⁶.

É possível ver, no exemplo anterior, a mudança do nome de Moyses, um dos artifícios utilizados por homens e mulheres na condição de escravizado no interior do sistema. A partir da troca de identidade, se reconstruía a história de vida dessas pessoas, já que poderiam, como foi o caso de Moyses, se declararem libertos(as), buscando se enquadrar no mundo dos(as) livres e com isso tentarem burlar o sistema escravista. A tentativa de negar a antiga condição, por parte do sujeito, foi se passar por Joaquim e se declarar como livre, no entanto, provavelmente, ele deveria ter alguma característica física que facilitou o seu reconhecimento por parte de Sant’Anna e seu companheiro. Marcus Carvalho (2010), analisando a escravidão no Recife entre 1822 e 1850, aponta como essa questão em relação à mudança de nomes era

utilizada entre alguns escravizados e que nem sempre era aplicado entre aqueles que buscavam fugir do cativeiro. Segundo Carvalho,

[...] analisando anúncios de fuga, entre o final dos anos vinte e a metade do século, percebe-se que essas estratégias de resistência não eram empregadas apenas pelos fujões. Escravos que trabalhavam normalmente para seus senhores também buscavam trabalho pelas ruas, fingindo-se de libertos. Os mais ladinos mudavam de nome quando estavam longe das vistas do senhor. Essa prática de mudar de nome poderia inclusive ajudar o cativo a ingressar no exército, tornando ainda mais difícil sua captura²⁷.

Outro caso de assassinato, por um escravizado que estava fugido, aconteceu em Tejipió. Dessa vez, a vítima foi um policial. O crime foi praticado com duas facadas pelo cativo do senhor José Arruda Falcão do Rego. Segundo a notícia, com o título apenas de “assassinato”,

ontem por volta da meia noite, e na casa própria que serve de quartel ao destacamento do povoado de Tejipió, freguesia dos Afogados, foi assassinado com duas facadas o cabo do corpo da polícia, comandante do destacamento que ali se acha por um escravo do Sr. José Arruda Falcão do Rego, dono do engenho Crimeia, o qual o escravo, se achava detido por andar fugido e estava na sala da casa, onde o cabo fora aquelas horas para deitar querosene no candeeiro, sendo acometido a traição pelo preto. Este foi em seguida encerrado no xadrez do quartel²⁸.

Nesse caso, o cativo não queria retornar à sua condição e ao seu antigo engenho e não viu outra saída a não ser atacar o policial que fazia sua guarda e, logo em seguida, fugir. Contudo, no fim, não obteve êxito.

É provável que nesses dois casos, especificamente analisados, os cativos tenham sido enviados a cumprir a pena perpétua nas galés, enquadrados no Código Penal por homicídio. Desde sua formulação, na década de 1830, a questão dos escravizados e seus crimes já era discutida para se produzirem leis mais rígidas em relação aos seus atos. Com o medo da “haitização”²⁹ do Império, em virtude das diversas revoltas negras acontecendo em algumas províncias do Brasil, a elite brasileira ligou o sinal de alerta, o que gerou o referido código e, partir de então, os cativos foram vistos perante alguma lei no Império. Com a chegada da década de 1880, mesmo com a aplicação da pena máxima prevista no código penal e com a lei de 10 de junho de 1835³⁰, não houve uma diminuição dos homicídios praticados tanto pelos escravizados quanto por pessoas de cor livres ou libertos. O aumento dos crimes chamou a atenção dos deputados em relação a efetividade da lei e a própria manutenção da escravidão, afinal, muitas das vítimas eram os senhores ou seus familiares. Como já falado anteriormente,

essas ações dos escravizados que, no momento que praticaram o crime, em alguns casos buscaram se entregar a justiça, fez com que alguns parlamentares acusassem a pena perpétua das galés como responsáveis pelos atos criminosos, pelo fato de ser um ambiente mais favorável do que a vida nas senzalas. Contudo, Celia Maria Azevedo (2004) aponta que o modo de trabalho nas galés passava longe de um cativo mais “suave”.

Longe de significar uma suavização da sorte no sentido matéria do termo, o escravo condenado às galés continuava a viver em ambientes miseráveis, semelhantes aos das senzalas ou talvez até piores; durante o dia era do mesmo modo obrigado a trabalhos (públicos), com o agravante de trabalhar permanentemente acorrentado aos outros presos, mediante calcetas e golinhas. Porém, ao ingressar nas galés, ele tornava-se membro de uma comunidade *sui generis*, onde pareciam bastante tênues os limites entre dominantes e dominados, ou entre guardas e prisioneiros, no ruidoso espetáculo de sua passagem diária pelas cidades e vilas³¹.

Um caso que nos chamou a atenção e que merece a análise foi uma notícia reproduzida pelo *Jornal do Recife*, no dia 20 de novembro de 1883. O fato aconteceu na província do Pará e foi noticiado pelo *Jornal Folha do Norte*. Lá, o escravizado de nome Galdino, protagonizou uma cena de sangue e loucura como afirmou o periódico. Segundo a reportagem:

Um infeliz de nome Galdino, escravo do Dr. João Augusto de Souza Leão, consenhor do engenho (Carauna), citado, fugiu da fábrica na madrugada de sábado, e armado de uma foice encabada, de uma pistola de 2 canos, de uma faca e um facão, pôs-se a acometer e atacar todos os que lhe passavam ao alcance, com uma fúria de pessão...

Em sua sede de sangue o escravo Galdino, que ia montado em uma carroça, da qual fazia trincheira, feriu e matou pelo caminho 6 ou 7 pessoas, entre as quais duas mulheres e uma criança.

Das suas vítimas, três já estão mortas e todas as outras perigosamente enfermas.

Só na barreira de Jaboatão pôde ser preso Galdino, por meio de pedradas que lhe atirava o povo e uma das quais deitou-o por terra³².

Após ser efetuada a prisão de Galdino, foi realizado o processo interrogatório a fim de que ele explicasse o que o motivou a realizar tal fato horroroso, como chamou a reportagem do *Jornal do Recife*. Segundo Galdino, o que foi determinante para promover essas cenas de terror foi a sua infeliz condição de cativo. A situação vivida no interior do engenho foi a causa principal para a realização da barbaridade, criando nele um desejo de fugir dessa condição. Para sair da situação em que se encontrava, no processo de fuga, Galdino quis se defender de todos os que tentassem, em seu entendimento, opor-se ao seu plano. A reportagem termina dizendo que Galdino estava disposto a morrer. A história protagonizada por ele foi uma, entre tantas, que motivaram a historiografia a estudar os homicídios praticados pelos

escravizados. E, nesse exemplo, é possível observar que a condição extrema vivida em cativeiro influenciava a estrutura psicológica dos(as) cativos(as). Uma eterna relação conflituosa, entre senhores de um lado e os seus(suas) escravos(as), de outro, juntamente com um aumento da pressão por parte dos primeiros em relação à produtividade foram alguns dos fatores que geraram cenas semelhantes a que foi protagonizada pelo cativo. Esse elo de violência física e pressão psicológica contribuiu para que diversos crimes fossem praticados nas fazendas de café, principalmente, pelo fato de que, no Sudeste, com a ascensão desse produto, o ritmo de trabalho fosse explorado ao máximo. Já em Pernambuco, no século XIX, produção açucareira estando um pouco em baixa, contribuiu para que muitos dos(as) escravizados(as) fossem vendidos(as) para a região cafeeira no sudeste do Império, o que também serviu para gerar conflitos devido ao número elevado de negros(as) provenientes do norte.

Sobre os impactos psicológicos que a escravidão era responsável, o livro *Recriar África*, de James Sweet, aponta que os efeitos poderiam ser vistos tanto nos cativos quanto nos senhores, pois, se para as crianças negras a transição entre as idades era uma experiência dolorosa, por estarem em um ambiente de violência física, psicológica e sexual e que poderia repercutir nos crimes praticados na fase adulta, para as crianças brancas, o autor aponta como a violência contribuía para a formação de suas personalidades.³³ Em relação a migração de escravizados(as) para o sudeste por causa da produção de café, segundo dados de Angela Alonso (2015), entre 1872 e 1887, Recife perdeu 88% de sua força de trabalho para a área cafeeira³⁴. Além disso, de acordo com Marcus Carvalho:

Pernambuco perdeu escravos para o sudeste, mas isso não aconteceu de um dia para o outro, nem foi apenas o resultado do fim do tráfico em 1850 pois, bem antes disso, a província já negociava seus cativos com outras partes do Império. Internamente, enquanto existiu escravidão os setores mais dinâmicos da economia provincial não perderam gente, ao contrário sugaram os cativos das plantações, fazendas e vilas decadentes do interior da costa³⁵.

De volta as notícias sobre os crimes em Pernambuco, no dia 2 de outubro de 1884, o *Jornal do Recife* noticiava com o título “tentativa de assassinato” um caso acontecido no engenho Meira que ficava localizado em Nazaré. Um dos escravizados do Sr. Major Thomé atentou contra a vida de seu senhor. Conforme a nota, o cativo tentou praticar o ato atingindo o Major com quatro golpes de facão e sua pretensão seria aplicar ainda mais outros golpes, entretanto, como houve a intervenção de outras pessoas que acudiram Thomé, não foi possível concretizar a ação³⁶. A notícia não expõe os motivos que levaram ao escravizado

atacar o seu senhor, mas leva-nos a crer que foi mais um caso de violência relacionada ao contexto da escravidão. Contudo é importante lembrar que nem sempre esses atentados contra os senhores poderiam ser enquadrados como atos de resistência a escravidão. O caso do Sr. Thomé, por exemplo, não deixa claro se a tentativa do cativo se configuraria como uma luta para alcançar a sua liberdade. Sobre a questão do significado da violência como forma de resistência ou não, Keila Grinberg afirma que:

É preciso pensar se os crimes cometidos por escravos eram sempre atos de resistência contra a escravidão, como defendem algumas interpretações. Provavelmente não. Embora nem todo crime significasse luta consciente pela conquista da liberdade, ataques individuais e coletivos contra senhores, feitores e autoridades por quebras de acordo, castigos exagerados e humilhações ocorreram em diversas regiões do país. Ao longo do século XIX, à medida que a escravidão perdia sua legitimidade, crimes cometidos por escravos começaram a ganhar crescente conotação política. Eles traduziam um sentimento geral de insatisfação, que se tornou incontrolável na década de 1880, contribuindo para a abolição final da escravidão³⁷.

No entanto, outros fatos semelhantes a esse acontecido no engenho Meira, nos momentos que precederam a abolição, foram sentidos pelos donos de escravizados. Cada vez mais a sua autoridade estava sendo contestada pelos cativos, gerando um temor muito maior que o próprio fim da escravidão, como aponta Toplin:

Os fazendeiros tinham perdido o controle da situação e não poderiam efetivamente resistir mais. Eles temiam que quanto mais demorasse a Abolição, mais disseminar-se-ia a anarquia ou até mesmo uma revolução social, fato julgado muito mais perigoso que a emancipação dos escravos³⁸.

É possível observar outro exemplo sobre o temor senhorial por meio de uma carta enviada a um juiz de Campinas, em 1860. Segundo o autor não identificado da correspondência, os crimes contra os senhores seriam uma estratégia utilizada pelos escravizados, pois entendiam que, ao praticarem esses atos de violência, poderiam sair, de certa forma, da condição servil em que se encontravam, mesmo com o envio dos criminosos para cumprir a pena perpétua nas galés. Para o Juiz Afonso Cordeiro de Negreiros Lobato, o castigo incentivaria a prática dos crimes pelos cativos.

A pena, porém, de galés para escravos, Senhor, longe de preencher nenhum dos fins das penas, tem sido um incentivo para o crescente número de crimes desta ordem entre escravos, que entendem que para se livrarem do cativo de seus senhores é-lhes preciso matar os mesmos senhores, ou até seus feitores³⁹.

Conclusão

A partir dessas notícias, conseguimos ter um panorama em relação a situação da escravidão em Pernambuco nos anos que precederam a assinatura da Lei Áurea. Ainda que tivéssemos um número de escravizados menor se o comparado com as áreas cafeeiras, isso não exclui a análise sobre a tensão vivida em relação ao sistema escravista na província. A historiografia tem dado muita atenção aos movimentos de homens e mulheres negras em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas relega a segundo plano os que aconteceram no norte do Império, e como nós lembra Giovanni Levi (1985), “todavia a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente como base nos resultados perceptíveis.”⁴⁰

O uso das notícias dos jornais, em especial a do *Jornal do Recife*, contribuiu para o debate entorno da condição dos escravizados, pois essas e outras reportagens que foram vinculadas tanto por este, mas também por outros periódicos, serviram de ferramenta utilizada pelos militantes da liberdade para disseminar entre setores da população a necessidade de se repensar o modelo de trabalho. Além do mais, por falta de uma punição mais rígida aos proprietários, a exposição pública por meio de notícias de jornais acabou servindo como “penalidade” para esses indivíduos. Outra utilidade dessas denúncias foi a criação do preceito do “bom brasileiro”, que estava ligado diretamente aos homens e mulheres que adotassem os ideais abolicionista, afinal, não seriam comparáveis aos que haviam sido denunciados pelos jornais. Já por outro lado, tais reportagens de atos violentos praticados pelos cativos e, que serviram de fonte para esse estudo, colaborou para que se estabelecesse um clima de medo perante a classe senhorial da possibilidade de um levante maior, forçando com isso então a assinatura da Lei Áurea⁴¹.

Notas:

1 A Gazetilha era a seção de notícias diárias do *Jornal do Recife*. Constava nesta tanto as reportagens referentes a província, mas também reproduções de outros jornais do Império e também informações do exterior. Essa coluna foi idealizada pelo movimento abolicionista, e na província de Pernambuco teve o *Clube Abolicionista* como responsável de convencer os jornais locais a adota-la.

2 LUCA, Tania Regina de. **Fontes Impressas**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed.. São Paulo: Contexto, 2008. p. 140.

3 FOUCALUT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

4 ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015 p. 192 - 193.

Essa fala foi realizada pelo deputado Pereira da Silva. Segundo o mesmo “Está hoje no ânimo dos escravos mais boçais, que nenhum sofrerá a pena de morte, e que a de galés, nas prisões do Estado, é um cativo suave”. Anais da Câmara dos Deputados, (1884, p. 117, *apud* FALCI, 2015, p. 79).

- 5 É o que defende, por exemplo, Marinho (1996) ao analisar o movimento abolicionista no Brasil e Nos EUA. Segundo a autora, se para os norte-americanos o escravo era imaginado como um irmão, o discurso dos abolicionistas brasileiros colocava o cativo na condição de inimigo do senhor e sua família. Também Silva (2018) mostra a fala de um abolicionista com esse mesmo teor.
- 6 AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Quem precisa de São Nabuco?** *Revista Afro-Ásia*, Salvador, ano 23, n. 1, p. 85–97, 2001
- 7 Ver por exemplo: Chalhoub (2011); Azevedo (2004); Carvalho (2010); Rodrigues {196-?}; Martins (2016); Machado (2018).
- 8 VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- 9 MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. 2. ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 70
- 10 CANARIO, Ezequiel David do Amaral. **Por que eles se suicidam?:** As representações sobre os suicídios de escravos no Recife oitocentista. In: CABRAL, Flavio José Gomes, COSTA, Robson (org.). **História da Escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- 11 HDBN, **Jornal do Recife**, 13 de janeiro de 1880, nº 9, p. 1
- 12 **Ibid.**
- 13 CANARIO, Ezequiel David do Amaral. **Por que eles se suicidam?:** As representações sobre os suicídios de escravos no Recife oitocentista. In: CABRAL, Flavio José Gomes, COSTA, Robson (org.). **História da Escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 13.
- 14 HDBN, **Jornal do Recife**, 13 de janeiro de 1880, nº 9, p. 1, grifo nosso.
- 15 GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- 16 HDBN, **Jornal do Recife**, 26 de janeiro de 1880, nº 20, p. 2.
- 17 **Ibid.** Grifo do autor.
- 18 Art. 34º, no Código penal de 1830, o Título II das Penas, Cap. I Da qualidade das penas, e da maneira como se hão de impor, e cumprir. (BRASIL, 1830). Em relação a Lei de 1835, consta no Artigo 1º.
- 19 HDBN, **Jornal do Recife**, 19 de fevereiro de 1880, nº 40, p. 1.
- 20 **Ibid.**
- 21 CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma História das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011
- 22 SWEET, James H. **Recrutar África: Cultura, parentesco e religião no mundo Afro-Português (1441 – 1770)**. Lugar da História, 2007.
- 23 HDBN, **Jornal do Recife**, 21 de junho de 1881, nº 139, p. 2.
- 24 GRINBERG, Keila. **“Esse tráfico de nova espécie”:** escravização ilegal e relações internacionais na fronteira sul do império do Brasil. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; SCHAWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Emancipação, Inclusão e Exclusão: Desafios do Passado e do Presente**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 240
- 25 CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma História das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p 231.
- 26 HDBN, **Jornal do Recife**, 30 de setembro de 1881, nº 222, p. 1.
- 27 CARVALHO, Marcus J. M. de.. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850**. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p 261
- 28 HDBN, **Jornal do Recife**, 28 de setembro de 1882, nº221, p.1.
- 29 O termo faz referência ao levante de escravizados na Ilha de São Domingos que após a revolta se decretou o fim do cativo e fez surgir a primeira república africana fora da África.
- 30 Art. 34º, no Código penal de 1830, o Título II das Penas, Cap. I Da qualidade das penas, e da maneira como se hão de impor, e cumprir. (BRASIL, 1830). Em relação a Lei de 1835, consta no Artigo 1º.
- 31 AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda Negra, Medo Branco**. O negro no imaginário das elites século XIX. 3ªed. São Paulo: Annablume, 2004. p 170.
- 32 HDBN, **Jornal do Recife**, 20 de novembro de 1883, nº 267, p. 1.
- 33 SWEET, James H. **Recrutar África: Cultura, parentesco e religião no mundo Afro-Português (1441 – 1770)**. Lugar da História, 2007.
- 34 ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- 35 CARVALHO, Marcus J. M. de.. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850**. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. P 153.
- 36 HDBN, **Jornal do Recife**, 2 de outubro de 1884, nº 227, p. 1.

- 37 GRINBERG, Keila. **Castigos Físicos e Legislação**. In: SCHAWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 148.
- 38 TOPLIN, R. B. **Upheaval, Violence, and the Abolition of Slavery in Brazil: The Case of São Paulo**. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.49, n.4, nov. 1969. p. 655 *Apud*. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. 2. ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. Tradução da autora.
- 39 APESP, Ofícios Diversos de Campinas, “**Carta ao Juiz Afonso Cordeiro de Negreiros Lobato**”. Ordem 855, caixa 61, de 1/12/1860. *Apud*. MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. 2. ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- 40 LEVI, Geovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 18.
- 41 AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda Negra, Medo Branco**. O negro no imaginário das elites século XIX. 3ªed. São Paulo: Annablume, 2004. p 170.

Referências

- ALONSO, Angela. A teatralização da Política: a propaganda abolicionista. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*– ANPHU, São Paulo, julho 2011.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. O movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALVES, Maíra Chinelatto. Crimes de escravos e os caminhos da autonomia: Campinas, 1876. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena P.T.. *Tornando-se Livre: Agentes Históricos e Lutas sociais no processo de Abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco*. O negro no imaginário das elites século XIX. 3ªed. São Paulo: Annablume, 2004.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil*. *Revista USP*, São Paulo, n. 28; p. 96-109, dez./ fev.1995/1996.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Quem precisa de São Nabuco?* *Revista Afro-Ásia*, Salvador, ano 23, n. 1, p. 85–97, 2001.
- AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos Escravos: Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BRASIL. Lei nº 2.040. de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 03abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 4, de junho de 1835. Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou cometerem outra qualquer offensa física contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para o processo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM4.htm. Acesso em: 03abr. 2020.

CANARIO, Ezequiel David do Amaral. Por que eles se suicidam?: As representações sobre os suicídios de escravos no Recife oitocentista. In: CABRAL, Flavio José Gomes, COSTA, Robson (org.). *História da Escravidão em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CASTILHO, Celso; COWLING, Camila. *Bancando a Liberdade, Popularizando a Política: Abolicionismo e Fundos Locais de emancipação na década de 1880 no Brasil*. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, 47, 2013.

CARVALHO, Marcus J. M. de.. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma História das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert. *Os Últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. 2.ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FALCI, Fernando de Brito. *Ecos na casa-grande: o pensamento escravista nos últimos anos da escravidão*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRINBERG, Keila. Castigos Físicos e Legislação. In: SCHAWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GRINBERG, Keila. “Esse tráfico de nova espécie”: escravização ilegal e relações internacionais na fronteira sul do império do Brasil. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; SCHAWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Emancipação, Inclusão e Exclusão: Desafios do Passado e do Presente*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed.. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. 2. ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SWEET, James H. *Recriar África: Cultura, parentesco e religião no mundo Afro-Português (1441 – 1770)*. Lugar da História, 2007.

TOPLIN, R. B. *Upheaval, Violence, and the Abolition of Slavery in Brazil: The Case of São Paulo*. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v.49, n.4, nov. 1969.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.